

UM CASO
VERDADEIRAMENTE TRISTE

Prof. Jaime C. Branco*

Quando em Junho de 1988 J.C. Branco e A. Alves de Matos enviaram, para a então Direcção Geral dos Hospitais (DGH), um estudo em que analisavam a insuficiência da reumatologia hospitalar nacional, justificando assim a criação desta valência no Hospital Egas Moniz, não imaginavam estar a iniciar uma incrível e extraordinária história que ainda hoje, passados mais de 13 anos, está inacabada.

Baseada naquele trabalho a DGH nomeou, em 27/6/89, uma comissão maioritariamente constituída por reumatologistas, que encarregou de redigir uma proposta para a criação da valência de reumatologia na rede hospitalar. Com grande celeridade foram elaborados e entregues (1/8/89) duas propostas ao Director Geral dos Hospitais (Prof. Ferraz de Oliveira): 1) regulamentação na Carta Hospitalar da valência de Reumatologia e 2) articulado para a inclusão da valência de Reumatologia na Carta Hospitalar de Portugal.

A surpresa e a incredulidade instalaram-se quando os reumatologistas se aperceberam que essa iniciativa não ia ter qualquer continuidade. Mas ainda se estava apenas no princípio...

Após este «esquecimento» das Autoridades de Saúde, em Fevereiro de 1991, o então Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde (Dr. Albino Aroso) nomeia nova comissão e repete a solicitação. Em Setembro desse ano a proposta é entregue no Ministério da Saúde (MS) e posteriormente publicada¹.

Este novo documento retomava em larga medida o anterior, definindo os objectivos (caracterização e definição da valência, caracterização e dimensionamento dos serviços, número de camas e dimensionamento dos quadros), o programa de implementação hospitalar da valência de reumatologia e a sua regulamentação, a interli-

gação dos cuidados de saúde primários com as consultas de referência hospitalar e as condições e incentivos para o desenvolvimento da investigação no âmbito da especialidade.

Durante mais de 4 anos nada aconteceu e de nada se soube.

Este prolongado «silêncio» motivou em Novembro de 1995 o envio, à Ministra da Saúde recém empossada (Dra. Maria de Belém Roseira), de uma carta subscrita por J. C. Branco, J. Canas da Silva e J. A. Melo Gomes. Em Fevereiro de 1996 o MS e a Direcção Geral de Saúde (DGS) pedem, pela terceira vez, uma proposta de Plano Reumatológico. Os reumatologistas formaram um grupo de trabalho (A. Lopes Vaz, A. Malcata, D. Araújo, J. C. Branco, J. F. Ribeiro da Silva, J. A. Pereira da Silva, J. Canas da Silva, J. A. Melo Gomes e M. Viana Queiroz) que elabora uma «Proposta de Plano/Programa de Assistência Reumatológica Hospitalar de Portugal», a entrega (19/7/96) ao Director Geral de Saúde (Dr. João Nunes de Abreu) e a faz publicar².

Foi, de novo, como se nada tivesse acontecido e passados mais de 18 meses (Fevereiro de 1998) a DGS contacta a Direcção do Colégio de Reumatologia da Ordem dos Médicos para que fosse elaborada uma Carta de Equipamentos de Saúde no âmbito da Reumatologia.

Na redacção desta proposta, e pela primeira vez, aos reumatologistas (A. Malcata, J. C. Branco e J. Ramos) juntaram-se técnicos superiores da DGS (Drs. Conceição Trigo e Adriano Natário). A proposta «Carta de Equipamentos de Saúde – Reumatologia» foi enviada ao Director Geral de Saúde (Prof. Constantino Saklerides) em Junho de 1998. A DGS pediu, em 27/1/99, pareceres, sobre este documento, às Direcções dos Colégios de Medicina Geral e Familiar e Medicina Interna da Ordem dos Médicos. Em Abril de 1999 ambos estes organismos se revelaram favoráveis àquela proposta.

*Reumatologista,
Presidente-Eleito da SPR

Um ano mais tarde (7/4/00) este documento foi aprovado pelo Secretário de Estado de Saúde (Dr. José Miguel Boquinhas) na forma de «Rede Nacional de Reumatologia» (RNR) e publicada com o timbre do MS-DGS, Direcção de Serviços de Planeamento em Maio de 2000.

Só depois a RNR foi enviada para conhecimento e discussão nas ARS. Este processo decorreu durante meses e estaria sobre a mesa da Ministra da Saúde (Prof. Manuela Arcanjo), para aprovação final, quando esta foi substituída.

Ao que parece e contrariando o que algumas notícias faziam prever, o novo elenco ministerial estará atento (!?) para este problema^{3,4}.

No entanto, já se perderam «*timings*» essenciais à prossecução da proposta, nomeadamente no que respeita à instalação da valência de reumatologia nos hospitais de Vila Real, Braga, Viseu, Évora e Faro, que deveria decorrer até ao fim de 2001. Este facto compromete assim todo o cronograma de implementação da «Rede».

Mas, por outro lado, também não seria possível cumprir este projecto de desenvolvimento porque, em vez de 9 a 10 novos internos por ano que deveriam iniciar a especialidade entre 1999 e

2003, apenas foram criadas 5 vagas em 1999 e 3 vagas em 2000, 2001 e 2002. Este facto, representativo da completa descoordenação entre os diversos serviços do MS, originou nestes primeiros quatro anos um balanço negativo de 22-26 internos de reumatologia que só por si inviabiliza qualquer tentativa séria para concretizar a melhoria assistencial dos doentes reumáticos portugueses.

Tudo isto é lamentável, mas o pior é não se saber quando é que esta infelicidade vai acabar.

Referências

1. Branco JC, Ramos JR, Figueirinhas J, Gomes JAM, Queiroz MV, Vaz AL. Proposta de Plano Reumatológico Hospitalar Nacional. *Arq Reumatol* 1991; 13: 291-304
2. Vaz AL, Malcata A, Araújo D, Branco JC et al. Proposta de Plano/Programa de Assistência Reumatológica Hospitalar em Portugal. *Acta Reuma Port* 1996; 78-79: 102-107
3. Rodrigues P. Plano Reumatológico Nacional procura-se. *Tempo Medicina* 2001 (15/10); 894: 10
4. Rodrigues P. O Plano Reumatológico Nacional existe...com outro nome. *Tempo Medicina* 2001 (29/10); 896: 3